



Exmo/a Senhor/a
Daniela Sofia Pacheco Vilhena
Rua da Constituição de 1976, N.º 31 - r/c

1200-750 LISBOA

NIF Entidade: 208695788

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 562 / 2018	31/01/2018	2018/300.10.005/80	Contratação Pública

Assunto: Notificação de intenção de adjudicação - Procedimento 80/2018
Aquisição de serviços na modalidade de avença para a área da educação

Exma. Sra.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 30/01/2018, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição de serviços na modalidade de avença para a área da educação, pelo valor de € **14.417,76 (catorze mil quatrocentos e dezassete euros e setenta e seis cêntimos)**, acrescido de IVA (23%) e com retenção de IRS (25%).

Assim, deverá V. Exa. no prazo de 5 dias úteis apresentar a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, cujo modelo se anexa, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

Deverá ser disponibilizada Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta online, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças

(No uso de competências delegadas, por despachos datados de 18 e 19 de outubro de 2017)